



SEXUALIDADE E GÊNERO E ENSINO DE CIÊNCIAS: BUSCANDO NOVOS SENTIDOS

Paula Naranjo da Costa; José Camilo Ramos de Souza

Professora da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC -AM); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Amazônia. Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: naranjo.paulac@gmail.com

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Amazônia. Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: jacamilodesouza@gmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva destacar breves tópicos da temática de sexualidade e gênero e sua articulação com o ensino de ciências e refletir sobre novos sentidos de abordagens no campo de ensino de ciências. O necessário diálogo acerca de sexualidade e gênero no ensino de ciência dá possibilidade de novas visões para além da perspectiva biológica, haja vista que as problemáticas envolvendo a temática fincadas em visões reducionistas, refletem em práticas descontextualizadas e em processo formativo das/dos estudantes sem respeito as diferenças. Nesse sentido, rupturas no trato com a temática no ensino de ciências são necessárias na medida que abrange novos diálogos, mais abertos e críticos, fundamentalmente nas escolas, onde essas relações se apresentam cotidianamente, valorizando-se determinadas identidades em detrimento de outras. Trata-se de um novo olhar sobre a sexualidade e gênero no ensino de ciências, a qual vem romper com uma concepção teórica anterior baseada em uma visão puramente biológica.

Palavras- chave: Sexualidade; Gênero; Ensino de Ciências

INTRODUÇÃO

O debate concernente a sexualidade e as relações de gêneros estão cada vez mais ganhado destaque, uma vez que, nas últimas décadas, são crescentes e necessárias as pesquisas e estudos no campo. Na educação a amplitude de discussões coloca em pauta dimensões sociais para o trato com a temática, incorporados em documentos legais, como o tema transversal -Orientação Sexual- nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Neste sentido, embora a problemática seja posta em sua transversalidade nos currículos escolares há quase vinte anos, poucos são os avanços nas discussões, tendo abordagens quase que inexistentes no espaço escolar. Pesquisas ressaltam (LOURO, 2003; PEREIRA E MONTEIRO, 2015; QUIRINO, 2014) que as questões de gênero e sexualidade têm se configurado um desafio recorrente para as escolas, seja por desconhecimento da abordagem transversal da temática, seja por falta de formação das docentes e dos docentes, as/os quais se sentem desconfortáveis e despreparadas/os para



desenvolver um trabalho pedagógico, principalmente nos primeiros níveis de escolarização. Outra dificuldade parte da ideia de que a responsabilidade escolar é com a transmissão de conhecimentos científicos, dos conteúdos expressos nos currículos escolares, sendo as questões envolvendo a temática de responsabilidade da família.

A relação com o ensino de ciências se dá na medida que o campo torna-se espaço privilegiado para a abordagem de conteúdos, tais como o corpo humano e reprodução. No entanto, partindo dessa premissa, as práticas educativas acabam pautando-se somente em um viés biológico, no que diz respeito das anatomias corporais, desconsiderando que este corpo estudado está inserido em dimensões sociais, afetivas e históricas.

São, nesse sentido, incipientes as pesquisas que aproximam a temática em uma dimensão mais ampla ao ensino de ciências, e, em particular no que diz respeito aos primeiros anos do ensino fundamental (FURLANI, 2011, RIBEIRO, 2002). Estas concentram-se em sua maioria nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, por haver nas disciplinas de Ciências e Biologia lugar legítimo discursivamente acerca das questões de sexualidade e relações de gênero (LOURO, 2003; FURLANI, 2011).

Tomando como referência um ensino das ciências que possibilite o exercício pleno da cidadania, levando-se em conta as realidades sociais e culturais das/dos estudantes, o diálogo torna-se pertinente por permitir aprofundar debates concernentes a sexualidade e gênero na pesquisa e ensino das ciências, contribuindo para pensar uma educação mais inclusiva e equitativa, sem desconsiderar a relevância da apropriação de conhecimentos científicos.

Tais perspectivas acerca das questões de gênero e sexualidade em ciências permite refletir que para além da visão biológica ensinada, faz-se necessária discutir em sua transversalidade, sua construção histórica e social, contribuindo para o respeito acerca das diferenças, combate à discriminação, preconceitos e violências dentro e fora da escola. Assim, as reflexões analíticas postas em debate objetivam destacar breves tópicos da temática de sexualidade e gênero e sua articulação com o ensino de ciências e, por conseguinte, refletir sobre novos sentidos no trato com a temática no campo de ensino de ciências.

A intencionalidade das breves reflexões se dá no entendimento de que as relações das áreas em destaque possibilitam uma aproximação do cotidiano das/dos estudantes com os conhecimentos científicos socialmente construídos, sem distanciar das problemáticas sociais, contribuindo para um processo formativo crítico, político e de respeito a diferença.



METODOLOGIA

O presente estudo é de cunho qualitativo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e buscou em livros, artigos, dissertações e periódicos de educação e ensino de ciências, bem como em documentos norteadores educacionais como o Parâmetro Curricular Nacional de Ciências Naturais e do tema transversal de “Orientação Sexual”, subsídios teóricos para leitura e análise acerca da temática, de modo a contribuir para discussões desenvolvidas em uma pesquisa de mestrado em Educação em Ciências que está em andamento. O objetivo central visa um diálogo acerca de sexualidade e gênero no ensino de ciência que (re) signifique sentidos e abordagens para além da perspectiva biológica, haja vista que as problemáticas envolvendo a temática fncadas em visões reducionistas, refletem em práticas descontextualizadas e em processo formativo das/dos estudantes intolerante e sem respeito as diferenças.

SEXUALIDADE E GÊNERO NA EDUCAÇÃO

O debate sobre gênero e sexualidade tem sido pauta nas últimas décadas de estudos e pesquisas em diversas áreas, tais como Psicologia, Antropologia, Sociologia, Educação. Em meio ao alvoroço político alicerçado por matrizes religiosa, acerca da inserção da temática nos currículos escolares do novo Plano Nacional de Educação, pesquisadores (LOURO, 2003; FURLANI, 2011) reafirmam que a discriminação de gênero e diversidade sexual são produzidas e reproduzidas por diversas instituições sociais, e na escola, espaço de pluralidades identitárias tais questões acabam por vezes silenciadas. Louro (2003, p. 81), “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz [...]”.

As relações de sexualidade e gênero permeia nosso cotidiano social e escolar diariamente. São percebidas em nossa realidade cultural seja quando define-se quem é menino e menina, através das estruturas anatômicas, como cada um/uma deve se comportar, que brinquedos são específicos para ambos os gêneros, qual a configuração familiar legítima, bem como quando reconhece algumas identidades sexuais e exclui outras. Estas práticas ditas como “normais”, naturalizam preconceitos e discriminações aos sujeitos que estão no interior da escola, lugar onde deveria ser propício para a convivência com as pluralidades identitárias e sociais.



Embora novas perspectivas venham ganhando espaço nas discussões acerca de gênero e sexualidade na área educacional (FURLANI, 2011; LOURO, 2000; 2003; LOURO, FELIPE E GOELLNER, 2013), encontra-se, em paralelo a esse movimento, resistência para a mudança de visões, em meio a abordagens que são quase sempre biológico-higienista, cuja marca as diferenças entre homens e mulheres através de atributos corporais, anatômicos biológicos, o que contribui para a naturalização das desigualdades sexuais e de gênero (FURLANI, 2011).

Segundo Louro (2003, p. 133) a temática “[...] é uma área onde todos/as se movimentam com extrema cautela e com muitos receios, onde a regra é buscar refúgio científico (que é traduzido, por um estreito biologismo), evitando a contextualização social e cultural das questões”.

Nessa perspectiva é necessário compreender em um primeiro momento que as representações de feminilidades e masculinidades são construídas socialmente, tendo o sexo biológico funcionamento distinto no desenvolvimento identitário dos sujeitos. Assim, novos olhares na área defendem que o sexo está para o biológico assim como o gênero está para o social. Dessa forma, não cabe desconsiderar a materialidade biológica, mas perceber que a constituição de gênero e sexualidade estão imbricadas em dimensões socioculturais (LOURO, 2003).

Os conceitos de gênero e sexualidade, embora intrinsecamente relacionados, possuem distinções importantes, as quais precisam ser consideradas. Gênero emergiu e tem crescido fundamentalmente a partir dos estudos feministas, sendo o uso do termo *gender* (gênero) difundido por feministas anglo-saxãs no início da década de 70, (MEYER, 2013), com intuito de rejeitar a visão de determinismo biológico, o qual prescrevia os papéis sociais de homens e mulheres por suas estruturas anatômicas.

Gênero, portanto, é forma como socialmente se estabelece as relações entre feminilidade e masculinidade. Segundo Louro (2003), é preciso considerar as diversas formas hierárquicas de viver a feminilidade e masculinidade, os quais produzem modelos comportamentais de como ser homem e mulher, sendo aqueles que não se encaixam nos padrões determinados socialmente por vezes sofrendo um processo de exclusão.

Nessa perspectiva, para Louro (2000), a sexualidade também possui uma dimensão social e política, sendo construída ao longo da vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. É para além do sexo biologicamente determinado, uma vez que é vivida e expressada de formas diferentes. Dessa forma, as identidades sexuais se constituem através de como os sujeitos vivem sua sexualidade, sejam “com parceiras/os do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiras/os”



(LOURO, 2003, p. 26). Ainda segundo a autora, estes mesmos sujeitos possuem uma forma de representação social e histórica que os fazem se identificarem como masculinos e femininos, construindo de tal modo suas identidades de gênero.

O ponto de convergência das relações de gênero e sexualidade parte do entendimento das diferenças corporais e sexuais são culturalmente construídos na sociedade. Assim, criam-se representações acerca do que é ser homem ou mulher, demarcando padrões, condutas, valores fixos daquilo que é feminino e masculino, produzindo identidades únicas e aceitas da experiência sexual.

Na escola, estas relações tornam-se evidentes quando se valorizam modelos ditos “normais” de sexualidade e das representações de gênero, excluindo por outro lado, aqueles que são desviantes do que é estabelecido socialmente. Tais relações são emblemáticas e oportunas de tal modo, para discussão, por entender que o espaço escolar é um ambiente de identidades plurais, onde a diferença é acaba sendo sustentada diariamente pela exclusão (WOODWARD, 2000).

É preciso considerar, nesse sentido, que as práticas educativas a respeito da temática na escola parte de visões historicamente construídas e que refletem na forma como são abordadas. Furlani (2011) discorre que na área educacional cada viés teórico-metodológico pressupõe uma concepção de gênero e sexualidade, de vida sexual humana, de valores morais e éticos de vida na sociedade e de sujeitos merecedores ou não desses direitos. Argumenta também que cada abordagem implica nas práticas docentes e perfil de professoras e professores que planejarão e desenvolverão essa temática.

Assim, uma abordagem prioritariamente biológica (LOURO, 2003) acaba contribuindo para a reprodução de discursos e práticas que naturalizam a hierarquização de gênero e discriminação frente àqueles que fogem do padrão estabelecido socialmente, refletindo no comportamento e discurso preconceituoso das/dos aluna/os ao não respeito as diferenças.

Conforme Louro (2000) distintas e divergentes representações acerca de gênero e sexualidade podem circular e produzir efeitos sociais negativos, como preconceitos e intolerâncias. Na escola, estas visões reducionistas acabam por difundir discursos ocultos e silenciadores nos debates sobre as questões sexuais, desconsiderando as relações de gênero e multiplicidade das diferenças sociais e culturais.

Os debates quando emergem nos espaços escolares, encontram na disciplina de ciências um lugar privilegiado para sua abordagem, sendo necessário portanto, novos sentidos nas discussões, uma vez que as questões de sexualidade e gênero são em sua maioria articuladas somente com a



aquisição de conhecimentos científicos, no que tange às descrições dos sistemas reprodutores, fixando sua diferenciação entre masculino e feminino, sem a contextualização da dimensão social.

NOVOS SENTIDOS PARA SEXUALIDADE E GÊNERO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

O Ensino de Ciências, enquanto área de conhecimento, vem passando por rupturas didáticas e epistemológicas nas últimas décadas, desde sua inserção como disciplina obrigatória nos currículos escolares dos anos iniciais em meados dos anos setenta com a Lei n.5.692 (BRASIL, 1997). Dessa forma, um dos grandes desafios da área parte de uma desmistificação da “cientificidade”, da ênfase do método científico e da formação de cientistas, o que acaba distanciando a ciência e os conhecimentos científicos do cotidiano dos estudantes (DELIZOICOV, ANGOTTI E PERNAMBUCO, 2011).

Tais perspectivas são oportunas para problematizar que o trabalho docente no ensino das ciências ainda é visto distante das realidades vivenciadas no contexto da escola (CACHAPUZ et al., 2011; CARVALHO E GIL-PÉREZ, 2011), resultando na transposição de conteúdos de forma abstrata e de difícil compreensão por parte das/dos estudantes.

Cabe demarcar, também, que nos anos iniciais do ensino fundamental, ponto onde se localiza a discussão no presente artigo, ensinar ciências apresenta algumas lacunas, visto que é ministrado geralmente por um professor responsável por outras áreas de conhecimento. Assim, as concepções de ciência expressas na rotina escolar, acabam sendo pautadas em práticas docentes de um ensino memorístico, repetitivo e centradas no livro didático (DELIZOICOV, ANGOTTI E PERNAMBUCO, 2011).

Dessa forma, faz-se necessário a superação do distanciamento do que é ensinado e as problemáticas sociais cotidianamente presentes no espaço escolar, de modo que o ensino de ciências exerça caráter formativo na apropriação conhecimentos científicos construídos historicamente contribuindo para a formação social das/dos estudantes. Se a intencionalidade é compreender a criança como cidadã no hoje e não no futuro (BRASIL, 1997), é oportuno compreender e ampliar um ensino que levem estas a serem sujeitos da aprendizagem, entendendo sua participação, posicionamento autônomo e tomada de decisões diante das problemáticas sociais, entre elas em relação as questões de sexualidade e gênero.



No Brasil, as abordagens de sexualidade fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), como tema transversal - *Orientação Sexual* -, por considerar sua natureza social e complexa. Direciona um trabalho voltado, entre outros, para o respeito a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano. Os conteúdos para os primeiros anos do ensino fundamental foram organizados em três blocos a saber: Corpo- matriz da sexualidade; Relações de gênero; Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS

Embora a premissa do documento seja trabalhar a temática de forma transversal, o próprio enfatiza o tratamento com as questões das DST/AIDS, delegando à disciplina de ciências a responsabilidade para abordá-la, uma vez que o trabalho docente com os conteúdos de reprodução humana é considerado como momento propício para levantar discussão a respeito da questão. Para Furlani (2013), o que ocorre são atividades pontuais e descontínuas, tais como palestras sobre as DSTs e gravidez precoce, as quais dificultam uma reflexão crítica das/dos estudantes, sofrendo críticas, pois “não mudam comportamentos”.

Nesse sentido, as mudanças de concepções, no trato com a temática, no ensino de ciências são necessárias na medida que abrange novos diálogos, mais abertos e críticos, fundamentalmente nas escolas, onde essas relações se apresentam cotidianamente, valorizando-se determinadas identidades em detrimento de outras. Trata-se de um novo olhar sobre a sexualidade e gênero, a qual vem romper com uma concepção teórica anterior baseada em uma visão puramente biológica.

Tais perspectivas são oportunas para problematizar o trabalho docente no ensino das ciências, que enquanto campo de conhecimento, ainda é visto distante das realidades vivenciadas no contexto da escola (CACHAPUZ et al., 2011), em busca do diálogo das ciências para compreensão sobre as diferenças corporais e sexuais que culturalmente se criam socialmente. Ampliar olhares se faz oportuno, principalmente em tempos de violência de gênero, vitimização sexual de mulheres e homens e infanto-juvenil, como exposição sexual, submissão física, abuso sexual, pedofilia, pornografia, prostituição e turismos infantis (FURLANI, 2011).

A perspectiva de uma nova visão das relações de gênero e sexualidade, pode contribuir para reflexões sobre as práticas educativas, principalmente no ensino das ciências, haja vista a necessidade da superação de um senso comum pedagógico (DELIZOICOV, ANGOTTI E PERNAMBUCO, 2011), baseado em um ensino cujo o pressuposto de que a apropriação de



conhecimentos ocorre pela transmissão mecânica de informações, acaba desconsiderando as relações culturais e sociais envolventes.

Se ensinar ciências para enfrentar os desafios da sociedade em constante processo de transformação em vista ao desenvolvimento de capacidades que leva ao exercício pleno da cidadania se faz oportuna, (DELIZOICOV, ANGOTTI E PERNAMBUCO, 2011), é indispensável desestabilizar a compreensão de conhecimentos cristalizados das ciências, de forma a articular entendimentos plurais do mundo a partir das experiências vividas pelos estudantes.

Para Coelho e Campos (2015), faz-se necessário urgentemente no ensino e pesquisa em Ciências o reconhecimento de significados e sentidos que sustentam a abordagem da temática sexualidade e relações de gênero, em vista a elaboração de novos sentidos que incorporem às discussões de gênero e diversidade sexual. A possibilidade de contribuição do despertar da/dos estudantes à descoberta identitária e corporal e a convivência mútua entre meninos e meninas são pertinentes, ao passo que buscam superar a concepção de uma abordagem direcionada somente as questões do sexo e reprodução sexual, como os discursos mais retrógrados justificam.

Quirino (2014) ressalta a necessidade da transversalidade da temática, entendendo que por tratar de questões sociais, apresentam natureza distinta das áreas que convencionalmente são respaldadas cientificamente para seu trato, portanto sua complexidade não permite que sejam abordadas por uma área de saber específica.

Trabalhar as questões de sexualidade e gênero, nesse sentido pressupõe que as diversas áreas do saber dialoguem entre si. A possibilidade fundamental é a abrangência do olhar para trabalhar pedagogicamente tais questões, sem a pretensão de negar a biologia dos corpos, mas enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2003). Trazer as discussões de gênero e sexualidade para a escola e no ensino de ciências se fundamenta no pressuposto de refletir sobre as práticas educativas presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de aproximação das questões de sexualidade e gênero e ensino de ciências pressupõe novos sentidos nas práticas educativas, considerando que o corpo humano, além de biológico está imerso em determinado espaço histórico e cultural. De tal modo, pode-se inferir que nas últimas décadas estão emergindo crises, aproximando diálogos das ciências biológicas com as ciências



sociais e humanas. Dessa forma, vem crescendo posicionamentos frente ao viés biológico, que produz visões reducionistas da construção da sexualidade e gênero, firmando-se assim, no entendimento de uma construção histórico social.

Para que possam dar novos sentidos as discussões de sexualidade e gênero faz-se necessário que sejam inseridas e discutidas tanto na universidade como com os membros da escola, uma vez que esse campo possui lacunas no processo formativo inicial e continuado das/dos docentes tanto dos primeiros anos, como daqueles responsáveis pelo ensino de ciências. Esses novos olhares avançam para contribuir com uma prática docente mais igualitária, sendo sua abordagem para além de sua transversalidade, assegurada pelas políticas públicas educacionais desde os anos noventa.

Partir da realidade dos primeiros anos do ensino fundamental, se torna uma possibilidade por entender que as discussões de gênero e sexualidade precisam estar desde a primeira infância, considerando que estas, no que tange a descoberta e desenvolvimento, são expressas nos primeiros anos de vida e caminham até a velhice, portanto fazem parte do desenvolvimento humano.

Diante das breves reflexões aqui postas, por fim, parece recorrente compreender como o Ensino de Ciências pode colaborar para se (re) pensar a sexualidade e gênero, desmanchando visões docentes reducionistas, fincadas em valores morais e religiosos, em prol de práticas educativas que levem as/os estudantes a apropriação de conhecimentos, bem como o exercício da cidadania, do respeito e da igualdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CACHAPUZ, A. et al. (org). **A necessária renovação do ensino das ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, A. M. P; GIL-PÉREZ. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. 10º. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COELHO, L. J; CAMPOS, L.M.L. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. **Revista Ciência e Educação**. Bauru, v. 21, n. 4, 2015. p. 893-910.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M.M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. – 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FURLANI, J. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G (org.). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEYER, DAGMAR ESTERMANN. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, GUACIRA LOPES; FELIPE, JANE; GOELLNER (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PEREIRA, Z. M.; MONTEIRO, S. Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências no Brasil: Análise da Produção Científica. **Revista Contexto e Educação**. Editora Unijuí. Ano 30. Nº 95. Jan/Abr. 2015. p. (117-143).

RIBEIRO, P. R. C. **Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. 2002. Tese (Curso de Pós-Graduação em Bioquímica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

QUIRINO, G. S. **Prática docente em Sexualidade e Educação Sexual no espaço escolar**. Curitiba: Appris, 2014.

WORDWARD, KATHRYN. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Tomaz Tadeu da Silva. Stuart Hall, Kathryn Woodward. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.